

# Roland Barthes e a muralha chinesa\*

Laura Brandini<sup>a</sup>

## Resumo

*Em 1974, Roland Barthes e uma comitiva de intelectuais ligados à revista francesa Tel Quel visitam a China de Mao Tsé-Tung. Durante as três semanas que passa no país, Barthes anota tudo o que vê e escuta, bem como o que pensa e sente. Essas notas vêm a público em 2009, com a publicação francesa dos Cadernos da viagem à China, e mostram um escritor entediado, aprisionado pelo discurso político que esteriliza a escrita literária. Ao contrário de seus companheiros de viagem, que se posicionam a favor ou contra o regime maoísta em livros e artigos publicados quando do retorno à França, Barthes escreve um texto curto e absolutamente neutro: “E então, a China?”, uma reflexão sobre as cores pálidas que viu e o chá fraco que experimentou, desvencilhando-se do que para ele era a verdadeira armadilha, a polaridade que fixa em uma posição cristalizada a favor ou contra, forçando um engajamento político em nome de uma doxa. O presente artigo contará a história dessa viagem e analisará os textos barthesianos que dela se originaram, interrogando-se sobre a relação entre Barthes e o estrangeiro.*

**Palavras-chave:** Roland Barthes; China; História Literária; Política.

\* O presente artigo é resultado de pesquisa de pós-doutorado realizada no Centre de Recherche en Littérature Comparée da Universidade de Paris 4 – Sorbonne, sob a supervisão da Profa. Dra. Anne Tomiche, com licença remunerada da Universidade Estadual de Londrina.

Recebido em 11 de março de 2016

Aceito em 07 de julho de 2016

<sup>a</sup>Professora de Literatura Francesa na Universidade Estadual de Londrina. E-mail: laura\_brandini@yahoo.fr

Noite de quinta-feira. Um grupo de cinco pessoas mordisca um pão com salsichão na sala de espera do aeroporto parisiense de Orly. Seu voo está atrasado. Eles estão ansiosos, a viagem foi desejada por anos e preparada durante meses. Finalmente lá estão, prestes a tomar o avião para três semanas de descobertas em um país cuja história passada e presente alguns deles já conhecem – ou pensam que conhecem.

Estamos em 1974, precisamente no dia 11 de abril. Os viajantes são Philippe Sollers, Julia Kristeva, Marcelin Pleynet, membros do comitê de redação da revista *Tel Quel*, além de François Wahl, editor da *Seuil*, e de Roland Barthes. A autorização para a viagem à China foi conseguida junto ao governo de Mao para a “comitiva da revista *Tel Quel*”, oficialmente maoísta desde 1972, segundo Philippe Forest, autor da *Histoire de Tel Quel: 1960-1982* [*História de Tel Quel: 1960-1982*], que dá mais detalhes sobre o engajamento político dos referidos intelectuais:

Reza a lenda que os escritores de *Tel Quel*, tanto em matéria política, quanto em literatura, sempre tenham cedido a modas tardias e atabalhoadas, só se alinhando ao comunismo (em 1968), e depois, ao maoísmo (1972), no momento em que isso era indigno e estúpido. A verdade é que o interesse do grupo pela revolução cultural, se na época foi mantido em segredo, foi imediato. Todos os testemunhos, todos os documentos, todos os arquivos concordam nesse ponto. Desde 1966, com o impulso de Sollers e de Baudry, o grupo radicaliza seu engajamento político e o pensa na perspectiva dos acontecimentos chineses. (1995, p. 273)<sup>1</sup>

Apesar do interesse pela Revolução Cultural Chinesa, nesses mesmos anos 60 a adesão ao Partido Comunista Francês (PCF) se impõe taticamente enquanto adoção de uma bandeira política significativa, porque mais solidamente assentada no campo cultural francês. O maoísmo então idealizado dos telquelianos, entretanto, não tarda a se pronunciar. Segundo Kefei Xu, em um artigo sobre o maoísmo de *Tel Quel*, “quando Kruschew chega ao topo da URSS, aplica uma política de desestalinização anunciando uma coexistência pacífica com o imperialismo dos Estados Unidos. Para os maoístas de *Tel Quel*, essa nova via do imperialismo social soviético trai o marxismo-leninismo” (2011, p. [1]). Diante do que compreende como um passo para trás dado pelo Partido, simplesmente referido como uma postura “revisionista”, e não sem perder

<sup>1</sup> As traduções são de responsabilidade da autora do artigo, salvo quando são oriundas de edições brasileiras das obras citadas.

membros importantes do comitê, tais como Jean Ricardou e Jean Thibaudou, *Tel Quel* rompe com o PCF quando da publicação de *De la Chine [Da China]*, livro de Maria Antonietta Macciocchi, em razão da censura que os comunistas impõem à obra.

Ativa militante comunista e próxima de Althusser, Macciocchi escreve seu livro depois de uma temporada na China, em 1970 e, segundo Forest, oferece aos leitores um tipo de apologia do maoísmo, este sendo visto como “uma forma inédita e superior de socialismo” (1995, p. 381). O manuscrito do livro seduz Sollers, que o promove e faz com que seja publicado em junho de 1971. O reconhecimento do então recente estabelecimento do maoísmo na França e a conseqüente concorrência que ele inflige à herança dos princípios marxistas justifica as hostilidades do PCF dirigidas a *Tel Quel*, desencadeadas por artigos publicados em jornais e revistas que lhe servem de veículos de apoio, como *L’Humanité*, *France-Nouvelle* e *La Nouvelle Critique*. Os telquelianos “querem lutar contra o dogmático-revisionismo do PCF que sustentava a política da União Soviética nos anos de 1960. Para eles, o maoísmo se torna o único meio de vencer o dogmatismo e o revisionismo”, segundo a análise de Xu (2011, p. [1]).

Maoísta, portanto, e em nome de um pretenso marxismo-leninismo puro, *Tel Quel* celebra sua filiação política com dois números dedicados à China, na primavera e no verão de 1972 (números 49 e 50). Como explica Forest, as publicações reúnem trabalhos de especialistas em sinologia, o que permite observar que o primeiro momento do maoísmo telqueliano é caracterizado pela vontade de conhecer a cultura chinesa e as questões políticas que suscita o regime de Mao (cf. 1995, p. 413-414; 472-474).

O engajamento político da revista, contudo, parece mais um delírio desenvolvido a partir da ideia de revolução cultural do que uma adesão aos princípios estritos do Livro Vermelho. Anos mais tarde, em entrevista concedida em 1981 a Shuhsi Kao, intitulada “Pourquoi j’ai été chinois?” [“Por que fui chinês?”], Sollers, citado por Forest, explica as particularidades do maoísmo telqueliano:

Éramos “maoístas” por desejo de revolta. Naquele momento, entrávamos imediatamente em contradição com os próprios maoístas, isto é, com as legiões de maoístas que pensavam

a partir de um modelo arcaico que o maoísmo era o retorno à tradição pura e simples do marxismo, ou seja, um retorno ao estalinismo. (1991 *apud* 1995, p. 474)

E sublinha, referindo-se à aplicação do maoísmo à prática literária: “(...) por exemplo, no plano literário, eram uma técnica e um produto altamente elaborados, um laboratório cuja utilidade os outros absolutamente não viam.” (1991 *apud* 1995, p. 474).

Essa concepção de revolução cultural, uma revolução política e social por meio da cultura, reforçada pela idealização veiculada em *De la Chine*, conduz à preparação da viagem, que acontece graças à ajuda de Macciocchi, uma vez que ela mantinha relações privilegiadas com a embaixada chinesa. Segundo o protocolo do país asiático, o grupo recebe um convite do governo chinês e a viagem, financiada pelos interessados, é organizada pela Agência Luxingshe, que fornece dois guias e o enquadramento das visitas e dos deslocamentos no país. Uma intensa programação é elaborada, englobando a visita de fábricas, escolas, sítios históricos e arqueológicos, museus, uma universidade, acontecimentos esportivos e artísticos, mas não a um campo de reeducação para intelectuais, as ditas “Escolas do 7 de maio”, visita solicitada pelo grupo, sem sucesso.

Em suma, a China vista por Barthes, Wahl e a comitiva de *Tel Quel* é o país que o regime de Mao quer mostrar ao Ocidente, onde todos os discursos se equivalem na tarefa de fazer o elogio da Revolução Cultural. Nunca sozinhos, nunca livres, obrigados a percorrer sem desvios os caminhos determinados pelos guias, os intelectuais do grupo são impedidos de ver outra coisa senão a imagem oficial do país.

Sobre isso, os *Cadernos da viagem à China* não calam. Barthes anota cuidadosamente, nos três cadernos que preencheu, as informações fornecidas pelos responsáveis dos locais visitados, bem como pelos discursos políticos, em essência, sempre os mesmos. O escritor então os concebe como textos compostos pelo que chama de “tijolos” ou, como traduzido no Brasil, “blocos”: pedaços de linguagem cristalizados por uma doxa política, combinados segundo o talento do enunciador de maneira a construir um muro discursivo que acaba por separar o escritor e o grupo da verdadeira realidade chinesa, ou, em todo o caso, de uma realidade que não seria feita inteiramente

de estereótipos. Como gretas no muro, Barthes anota em seus cadernos, separados por espaços em branco e entre colchetes, suas observações pessoais, as perguntas que ele tem vontade de fazer, seus estados de alma: a disposição gráfica de sua escrita denuncia a existência de um muro discursivo e a busca por suas falhas.

O muro que separa Barthes dos chineses também é humano: o grupo é acompanhado por dois guias, ambos chamados de “Zhao” pelo escritor, que se interpõem a todo tipo de contato com outras pessoas, seja por meio da língua, como intérpretes, ou conduzindo os viajantes, obrigando-os a seguir um trajeto determinado. Guiado pelos Zhao, o grupo visita a China um pouco entre quatro paredes, na maior parte do tempo vendo-a através das janelas dos trens, dos micro-ônibus ou de dentro dos museus e das fábricas – pois o que é mostrado na programação da Agência é unicamente o muro construído a partir dos “tijolos” discursivos, e o espaço exterior, livre, parece muito mais desejável; as anotações de Barthes sobre as paisagens vistas das janelas, aliás, são abundantes (2012, p. 71, 73, 114, 199, 226, etc.), como no museu em Sião: “*Sala: História das cinco Dinastias. Granizo. Escravagismo e Sociedade Feudal. Quadros. Objetos de bronze empoeirados. Isso promete ser chatíssimo. Mas lá fora o jardim é bonito sob a chuva leve, muito cheio de folhagens com estelas, elementos de Pagode com montantes vermelhos, pinheiros, roseiras (...)*” (2012, p. 174).

Tolhido pela privação de liberdade e pela visão limitada de um país que ele gostaria de conhecer em todos os seus aspectos e detalhes, Barthes questiona as traduções dos guias – “[Atenção: os blocos talvez estejam na tradução, pois muitas vezes o discurso abundante de alguém, que provoca riso nos outros, mas se reduz a um bloco, a um significado, quando sai traduzido]” (2012, p. 201) –, e busca maneiras de escapar dos Zhao: suas tentativas não têm por objetivo somente se desvencilhar do controle, mas principalmente estabelecer contato com os chineses, para planejar um improvável encontro, que não acontece. Barthes se interroga sobre a própria identidade dos estrangeiros, assistindo a um espetáculo circense em Xangai, em 15 de abril: “A gente não sabe nada, nunca saberei nada: quem é o rapaz ao meu lado? O que ele

faz durante o dia? Como é seu quarto? O que está pensando? Como é sua vida sexual? etc. (...)” (2012, p. 38).

Tais questões ficarão sem resposta, pois o muro da Agência Luxingshe nunca será ultrapassado por Barthes. Contudo, elas podem ser vistas como tentativas de apreensão de estilhaços do cotidiano, o que para Michael Sheringham constitui um tema essencial na obra barthesiana. O crítico inglês explora as relações entre o cotidiano e a semiologia de Barthes para explicitar como o escritor extrai sentido dos mais ínfimos elementos, como a renda de um vestido ou um acontecimento aparentemente insignificante, uma peça do quebra-cabeça cotidiano de cada pessoa e de todo o mundo. Em uma tal busca de sentido, a moda tem um papel privilegiado e o *Sistema da moda* (1967) é lido por Sheringham menos como uma experiência estruturalista do que como um estudo sobre a produção de sentidos a partir do detalhe, de um elemento do cotidiano, do residual, do quase nada. Nessa mesma linha de pensamento, a leitura dos *Cadernos* de Barthes mostra o escritor tomando notas sobre as roupas e os cortes de cabelo dos chineses, que foram reproduzidos por desenhos (2012, p. 25, 71, 82, 158).

A edição francesa e a tradução brasileira dos *Cadernos da viagem à China* apresentam um quarto caderno de notas onde o escritor cria um índice temático em ordem alfabética (2012, p. 243-245), documento importante, pois revela o olhar de Barthes sobre suas próprias notas, bem como sobre sua temporada na China. Além dos temas que poderiam gerar muitas ocorrências, tais como “arte” (29) ou “livro” (24), palavras onipresentes nos discursos chineses e nos interesses dos viajantes, sublinho a presença significativa do termo “curiosidade” (12 ocorrências), que explicita o desejo de conhecimento de Barthes em relação a seus anfitriões, os “chineses” (10 ocorrências). Nesse esforço em direção ao estrangeiro, Barthes também anota em seu índice “roupa” (13 ocorrências), bem como “cabelos” (6), temas que chamaram a atenção enquanto índices passíveis de responder a suas questões. A presença desses temas nos cadernos não é notada na primeira leitura, obstruída pelos “títulos” e pela opressão do enquadramento das visitas guiadas; todavia, o que Sheringham afirma para os discursos de Barthes sobre a moda parece válido para suas notas sobre as roupas e os cortes de cabelo chineses:

Isso [o papel da moda para a semiologia barthesiana] não se dá pelo fato de que a moda seria um revelador do caráter cotidiano enquanto uma “coisa da vida de todos os dias”, e sim ao fato de que os processos de significação que ela manifesta, tais como os revela uma análise que tenha como objetivo encontrar a significação profunda que damos às roupas, enquanto indícios de sentidos, têm raiz na experiência cotidiana (2002, p. 144).

Conhecer, portanto, o cotidiano das pessoas que ele só vê de longe, sem nunca falar com elas, menos ainda tocá-las, é muito importante para Barthes, talvez seja até mesmo a essência de sua viagem, pois ele diz, em uma entrevista de 1977, concedida a Bernard-Henri Lévy, “Para que serve um intelectual”, “Quando viajo, o que me interessa mais são os farrapos de arte de viver que posso captar de passagem” (2004, p. 372). As roupas e os cortes de cabelo constituem pedaços da arte de viver recolhidos por Barthes, metonímias dos próprios chineses, os verdadeiros objetos de interesse para o escritor. Todavia, só juntar signos da vida cotidiana não é suficiente para fazer desabrochar a escrita, como o escritor responde, na mesma entrevista, à questão sobre o fato de ter pouco escrito sobre a China: “Escrevi pouco, mas olhei e ouvi tudo com a maior atenção e a maior intensidade. Isso dito, para escrever, é preciso outra coisa, é preciso um sal qualquer que se acrescente à escuta e ao olhar, e que não encontrei” (2004, p. 373).

Esse “sal” desencadeador da escrita é sem dúvida o contato com o Outro, desejo nunca saciado na China, onde a relação com o estrangeiro é de mão única. Barthes não tem nenhum encontro nesse país; conseqüentemente, os chineses resistem à interpretação e se mantêm mudos de sentido. Como resume Sheringham, em referência ao Japão, mas válida também para a temporada barthesiana na China,

Barthes escolheu um caminho amplamente percorrido passando pelo estrangeiro para poder voltar a sua casa, determinando suas preferências no espaço cotidiano por meio do espetáculo que esse cotidiano oferece, mais ou menos obscuramente refletido alhures. E isso corresponde perfeitamente ao percurso dos outros pesquisadores do cotidiano, para quem o exótico e o utópico são armadilhas que nunca se pode evitar totalmente. Como disse o próprio Barthes, talvez seja a apreensão do cotidiano como outro do banal e do alienante (outro, mas que os inclui em sua

textura ambígua) que nos faz correr o risco da utopia, em um desvio que, contudo, não faz perder de vista a experiência real. (2002, p. 152)

A enquete barthesiana sobre a China, passando pelo cotidiano de seu povo, não conduz a lugar nenhum, ou então conduz a uma utopia, a um paradoxal tópos sem lugar, a uma possibilidade de realização, a da escrita. Barthes imaginava voltar dessa viagem com material para escrever um texto, como confessa nos *Cadernos*: “Uma possibilidade de *texto* sobre a China seria *varrer*, do mais sério, do mais estruturado (o político candente) até o mais tênue, o mais fútil (pimenta, peônias)” (2012, p. 115). Mas, em resposta à entrevista “Para que serve um intelectual”, explica a seu interlocutor que não basta recolher “signos” para escrever, mas é preciso que eles “[me] seduzam ou [me] provoquem. Nunca me importam em si, é preciso que eu tenha o desejo de lê-los. Não sou um hermenauta.” Em seguida, afirma que “De fato, não encontrei lá [na China] nenhuma possibilidade de investimento de ordem erótica, sensual, amorosa. Por razões contingentes, concordo. E talvez estruturais: estou pensando principalmente no moralismo do regime” (2004, p. 374).

Sem conseguir material para a escrita, a experiência de Barthes na China é limitada pelos tijolos de discurso que só permitem que ele encontre a doxa oficial chinesa, construída sobre estereótipos que provocam o mais profundo tédio. Em meio às anotações de cifras e dados, sempre há olhadelas para espaços exteriores, jardins em volta do lugar onde Barthes tem de ficar, assinalando uma vontade de ir embora, como quando de uma visita a um curso de tradução, em Lhassa: “[O tempo, tão gostoso, lá fora está com jeito de ficar encoberto]” (2012, p. 199), ou então se isolando em algumas visitas de sítios históricos, como em Sião, onde o grupo vai até a fonte termal de Hua Tchin Tchen: “Os outros sobem no alto do túmulo. Fico sozinho e me sento no chão de um pomar, acima do campo de trigo, diante do horizonte, vasto, leve, verde” (2012, p. 164).

O tédio vivido na China enquadrada pela Agência aparece nos *Cadernos* onde Barthes se queixa muito da ausência de surpresas. Tudo lá lhe parece conhecido, comum, uniforme, padronizado; em suma, a China significa um *déjà vu* para ele. Nesse sentido, apesar das comparações com o Japão, outro



país asiático visitado por Barthes e que lhe proporcionou uma experiência totalmente diferente da chinesa, são as associações entre a China e a França que predominam e lastreiam o tédio de Barthes quando ele espera ver um país estrangeiro instigante. As paisagens chinesas apresentam enorme semelhança com as francesas e impedem Barthes de se sentir fora de seu *habitat* natural: na chegada a Nanquim, “De micro-ônibus para o hotel, através de longas avenidas orladas de plátanos. Tudo isso é muito francês” (2012, p. 73); no trajeto de Nanquim a Luoyang, no dia 22 de abril, “Paisagem: muito francesa (Beauce), mas as cores são muito, muito pálidas. E sempre aquela incrível ausência de estranhamento” (2012, p.114), bem como “A primeira coisa que cabe dizer da China é que há muitos plátanos. Francesia” (2012, p. 119). Mas não é unicamente no nível das paisagens que Barthes reencontra a França. Os hotéis também não apresentam nenhuma particularidade, como em Lhassa, “Almoço: Hotel: à europeia” (2012, p. 201), ou em Luoyang: “Desjejum: bolos, crepes!” (2012, p. 119), onde o ponto de exclamação exprime a surpresa diante do encontro não com o estrangeiro, mas com o cotidiano francês no momento do café da manhã. Enfim, Barthes reencontra a cidade onde vive, Paris, na China: voltando a Nanquim depois de uma visita, em 19 de abril, “Giro de um lago – diante da estação. Piscina. Peixes no chão. Estrada estreita por entre corpos de água. Aleia de glicínias. Jeito de Bosque de Bolonha em tamanho maior” (2012, p. 76); ou em uma visita a uma exposição de pintores camponeses em uma cidadezinha perto de Sião, quando Barthes deixa escapar, em 25 de abril: “Alguns retratos em *crayon*: o pior de tudo. Colina Montmartre” (2012, p. 153).

A estrutura das frases citadas acima é sempre a mesma: Barthes anota objetivamente um fato, um objeto, em seguida escreve seu julgamento, seja por uma frase (“Tudo isso é muito francês”, “Jeito de Bosque de Bolonha em tamanho maior”), uma palavra, uma expressão (“estranhamento”, “Francesia”, “Colina Montmartre”), um signo fonético (o ponto de exclamação de “bolos, crepes!”). O ritmo progressivo – da simples descrição ao que o escritor pensa – confere um caráter dramático à anotação: contrariamente às suas expectativas, a China não se mostra tão diferente do que ele já conhece. Ele vê nesse país até mesmo sua terra natal, o Sudoeste francês, onde viveu até a idade de nove anos e onde passou suas férias, na

casa da família materna, em Baiona: em Pequim, “[Diante de mim, atrás das janelas ornadas, um país tão francês, quase do Sudoeste: pinheiros, plátanos]” (2012, p. 226). Como se estivesse prevendo esse encontro com o familiar, anota, três dias depois da chegada na China, “Sinto que não poderei esclarecê-los [os chineses] em nada – mas apenas nos esclarecer a partir deles. Portanto, o que se há de escrever não é *E então, China?*, mas *E então, França?*” (2012, p. 9). Desde o início a estadia se mostra menos propícia a satisfazer a curiosidade sobre os chineses ou, o que é implícito, a responder às questões que o escritor se coloca, do que a se tornar um tipo de viagem de reconhecimento: encontrando a França na China, ao invés de gozar da liberdade oferecida pela ausência total de referências e, conseqüentemente, descobrir a nova linguagem que constitui o país estrangeiro, Barthes se vê preso por uma forma de doxa, paralisado pelos lugares comuns franceses que ele reconhece a todo o momento.

A China é, portanto, o espaço árido para a escrita e próprio ao tédio, que, aliás, emana dos *Cadernos* de Barthes, principalmente quando das visitas organizadas pela Agência, como ele anota em Sião: “Para mim, este museu é de um tédio mortal” (2012, p. 176). O tédio está nas paisagens francesas, mas sobretudo nas bebidas: tanto o chá, quanto o café são tão fracos que a ausência de sabor os confundem, como o escritor registra, também em Sião: “O café não tem absolutamente gosto de café, mal e mal aparência de café – tão claro que a gente muitas vezes não sabe se é chá; mas com um pouco de leite, dá, vagamente, a ilusão de café com leite e basta” (2012, p. 174). Em uma palavra, paisagens, chá, café e “País sem graça!” (2012, p. 115).

A “falta de graça”, a sensaboria dá o tom do artigo que Barthes escreve logo que chega à França, para responder à questão incessantemente colocada depois de uma viagem desse tipo, e que dá título ao texto: “E então, a China?” não é publicado na *Tel Quel*, mas em território neutro, o jornal *Le Monde*, em 24 de maio de 1974, longe do maoísmo declarado da revista e, portanto, livre de qualquer obrigação de elogiá-lo. O escritor introduz seu artigo com uma cena tantas vezes descrita nos *Cadernos*, uma das visitas nas quais os “tijolos” da doxa da Revolução Cultural são repetidos. A palavra “tédio” está presente, mas para ser rechassada: “não há tédio”, mesmo

que os *Cadernos* de Barthes digam o contrário. O que reina no ambiente descrito no artigo é “um sentimento tranquilo de trabalho em comum” (2005, p. 182), o “tédio”, sentimento negativo, tornando-se “tranquilo”, uma vez que a monotonia é vista positivamente: na China de Barthes, a repetição constante do mesmo tom é sinal de pacificidade, de calma.

Diante dessa cena, Barthes reconstrói as questões que ele se colocou na China e explica a seus leitores como o país se apresentou a ele: “A partir desse momento [quando se abandona a busca pelas explicações, pelos símbolos], um campo novo se revela: o da delicadeza, ou melhor ainda (arrisco a palavra, arriscando-me a retomá-la depois), o da insipidez” (2005, p. 184). A escrita nos *Cadernos* se desenvolve sob o signo da insipidez que, em “E então, a China?”, adquire o sentido do país que “não é *colorid[o]*”, cujos campos são “uniforme[s]”, de cor “bege (tingido de rosa) ou verde esmaecido (o trigo, o arroz); às vezes, mas sempre pálidos, tapetes de colza amarela ou daquela flor malva que serve, ao que parece, de adubo. Nenhuma mudança de paisagem” (2005, p. 184). Na China de Barthes, até mesmo “O chá verde é insípido” (2005, p. 184) e as ausências de surpresa, de energia, de impulso, de sabor, de brilho, que fazem parte do campo lexical da insipidez, conduzem a um outro adjetivo: “Falei de insipidez? Ocorre-me outra palavra mais correta: a China é *plácida*” (2005, p. 185). Com essa palavra o escritor abraça um país onde “os significantes são raros” (2005, p. 185) e, conseqüentemente, não oferecem muito a se ler e interpretar.

A opacidade governa quase tudo o que foi dado a ver a Barthes: as roupas das pessoas, seus cortes de cabelo, sua assexualidade, as apresentações artísticas e esportivas, o chá, as paisagens do campo, a pintura. Para Barthes, na China “a guerra dos sentidos está abolida” (2005, p. 185), “o sentido é anulado, isentado, em todos os lugares onde nós, ocidentais, lhe damos caça (...)” (2005, p. 185), o que o obriga a voltar para a França sem as respostas às suas perguntas: “Em certo sentido, voltamos [da China] (afora a resposta política) com: *nada*” (2005, p. 183). A constatação do fracasso da enquete sobre a China, todavia, comporta duas respostas: a primeira, enfatizada pelo emprego da tipografia itálica em “*nada*”, mostra a imaterialidade dos sentidos, a impossibilidade de se apropriar deles a partir dos signos observados porque o que

foi mostrado a Barthes era insuficiente para permitir qualquer interpretação. A única resposta, então, está entre parênteses: o sentido na China é bastante claro e está alojado na política.

Barthes parece conduzir seu argumento em direção a uma análise dos resultados da Revolução Cultural. Porém, habilmente, ele mira na retórica que compõe o texto político e escapa de uma leitura engajada de sua estadia na China, o que permite que seus leitores sigam uma pista dissimulada sob a forma de uma pergunta: “O quê, não há liberdade? Há. Sob a crosta retórica, o Texto derrama-se (desejo, inteligência, luta, trabalho, tudo o que divide, transborda, passa)” (2005, p. 186-187).

Mais uma vez o sentido não está explícito, mas ele se encontra atrás do que se vê, ou do que se é dado a ver. A falta de liberdade se lê nas entrelinhas de suas explicações sobre o texto político e modifica a compreensão das frases conclusivas de Barthes: o país insosso, depois tranquilo, torna-se “sem histeria”, onde “(...) na rua, nas oficinas, nas escolas, nas estradas da zona rural, um povo (que, em vinte e cinco anos, já construiu uma nação considerável) circula, trabalha, toma seu chá ou faz sua ginástica solitária, sem teatro, sem barulho, sem pose, enfim sem histeria” (2005, p. 188). Seria preciso acrescentar ainda “sem liberdade”, o que levaria Barthes a um longo debate político sobre o maoísmo, que certamente ele procurava evitar.

A escrita de um artigo silencioso, econômico, desengajado politicamente como “E então, a China?”, pouco depois de uma viagem àquele país, ainda mais fazendo o elogio de seu caráter “tranquilo”, dissimulando sob a atmosfera aparente de pacificidade um regime autoritário, não satisfaz as expectativas dos defensores do maoísmo, nem daqueles que denunciam o totalitarismo de Mao Tsé-Tung. Deste último grupo, o intelectual mais ativo na época é o sinólogo Simon Leys, pseudônimo de Pierre Ryckmans, que publica em 1971 *Les Habits neufs du président Mao* [*As Roupas novas do presidente Mao*], ataque veemente à cegueira ocidental diante dos crimes cometidos na China em nome da Revolução Cultural. Leys condena os telquelianos em razão de suas narrativas laudatórias de um país cuja população é vítima de massacres sangrentos. Barthes também é atacado, e com bastante virulência; em 2009, no momento da publicação dos *Cadernos da viagem à China* na

França, o sinólogo retoma seus argumentos, lembrando-se de seus escritos de 1974:

Na época essa leitura [de “E então, a China?”] logo me refrescou a memória sobre um trecho de Lu Xun – o panfletário chinês mais genial do século XX: “Nossa civilização chinesa tão aclamada é só um festim de carne humana preparado para os ricos e poderosos e o que chamamos de China não é outra coisa senão a cozinha onde esse guisado é elaborado. Aqueles que nos louvam só podem ser desculpados na medida em que não sabem do que estão falando, do mesmo modo como esses estrangeiros tornaram-se completamente cegos e obtusos em razão de sua alta posição e existência confortável” (2009, p. [1]).

Através da evocação das palavras de Lu Xun, Leys mostra claramente o desconhecimento de parte de muitos intelectuais franceses da realidade da China, escondida pelo regime de Mao. Em relação a Barthes, critica sua busca de uma escrita em modo “*no comment*”, como o escritor a define em 1975, no posfácio a uma edição do artigo sob a forma de uma plaqueta, pela editora Christian Bourgois (2005, p. 188-190). Sem abandonar a verve polemista que lhe era característica, Leys escreve:

Pela descoberta, da qual todo o alcance não se revela inicialmente, ele [Barthes] acaba de investir – vocês estão percebendo? – com uma dignidade inteiramente nova, a velha atividade, tão injustamente difamada, do falar-para-não-dizer-nada. Em nome de legiões de velhas senhoras que, todos os dias, das cinco às seis, batem papo nos salões de chá, queremos dizer um vibrante obrigado” (2009, p. [1]).

Por sua vez, depois dos ataques de Leys a seu artigo de 1974, Barthes explicita no posfácio de 1975 seu desejo de escrever sobre a China no mesmo tom em que ele a conheceu durante a viagem:

Ao criar uma doce alucinação da China como objeto situado fora da cor viva, do sabor forte e do sentido brutal (...), queria ligar num só movimento o infinito feminino (materno?) do próprio objeto, essa maneira inaudita que a China teve, a meu ver, de extravasar o sentido, plácida e pujantemente, e o direito a um discurso especial: o de uma deriva ligeira, ou ainda de uma vontade de silêncio – de “sabedoria”, talvez, entendendo-se esta palavra mais em sentido taoísta que estóico (...) (2005, p. 189-190).

“E então, a China?” é, portanto, uma breve “alucinação” provocada pela sensaboria do país, uma tentativa de representar o que Barthes viu e sentiu sob a forma de uma linguagem cujo sentido está suspenso, ou de um discurso sem discurso. Leys vê nesse texto a cegueira covarde diante do totalitarismo do regime de Mao; sem dúvida, essa é a leitura mais evidente oferecida pelo artigo. Mas o texto abriga um sentido muito mais sutil, ancorado no contexto da época: de um lado, o maoísmo eufórico ilustrado pelo entusiasmo do grupo de *Tel Quel*, de outro, os críticos à China, por seu regime político, rival do marxismo tal como defendido pelo PCF, ou pelo conhecimento do que realmente se passava no país. Nesse quadro, não se posicionar abertamente a favor ou contra a China, não sustentar um discurso sobre a política chinesa, não descrever o novo Eldorado sociocultural ou a censura do regime chinês significa, também, assumir uma posição, que é a de Barthes:

Essa alucinação negativa não é gratuita, pretende responder ao modo de alucinação com que muitos ocidentais vêm a China popular: um modo dogmático, violentamente afirmativo/negativo ou falsamente liberal. Não será afinal a ideia banal do político achar que só pode chegar à linguagem na forma de um discurso *diretamente* político? O intelectual (ou o escritor) não tem lugar – ou esse lugar é apenas o Indireto: foi a essa utopia que tentei dar um discurso *afinado* (musicalmente). Devemos amar a música, a chinesa também. (2005, p. 190)

A visão crítica de Barthes, portanto, está no olhar oblíquo que ele deita sobre a China, uma “utopia”, um mundo sem lugar, um mundo imaginário, o que sublinha o país que o escritor não viu, dadas as circunstâncias de sua viagem. Principalmente, “E então, a China?” é uma demonstração de sua liberdade de intelectual tão consciente dos jogos de força políticos que consegue se desvencilhar das polaridades discursivas do momento. Ao invés de uma ausência de olhar crítico, o escritor dá provas de uma crítica muito mais ampla do que as endereçadas à China, por exemplo, por Leys: Barthes critica todo um sistema de opiniões políticas deslocando-se para fora dele, ou colocando-se nos interstícios, no nível da representação da China por meio da linguagem.

Mais de vinte anos depois, Philippe Sollers, talvez o maoísta mais entusiasta do grupo de *Tel Quel*, retoma suas

opiniões sobre a China em “Deux et deux font quatre” [“Dois e dois são quatro”], artigo publicado no *Le Monde* de 3 de abril de 1998. Seu texto é escrito precisamente para celebrar a publicação da coletânea *Essais sur la Chine* [Ensaio sobre a China] de Simon Leys, na qual o escritor reconhece: “Ele [Leys] vê, ele sabe ler. Portanto, esteve na posição de decifrador imunizado contra a propaganda totalitária, intérprete das linhas e dos silêncios nas entrelinhas, observador impassível do grande jogo de máscaras do comunismo chinês” (1998, p. [1]).

Tendo tudo isso em vista, Philippe Forest, na *Histoire de Tel Quel*, resume bem os estados de espírito depois da viagem: “Na China, os telquelianos vivem como hermeneutas desamparados. Têm a experiência de um espaço em branco e ilegível que os separa do objeto que eles haviam investido com a mais alta e mais viva significação política” (1995, p. 479). Por falta de matéria-prima, Barthes “alucina” o nada que ele viu na China; Wahl manifesta seu descontentamento por meio da crítica ao regime de Mao, na série de quatro artigos publicados no *Le Monde*, intitulada “La Chine sans utopie” [“A China sem utopia”]; e os três membros do comitê de redação de *Tel Quel*... não têm outra atitude senão a de fazer o elogio de sua experiência no país.

Nesse momento, a revista dedica, portanto, um volume à China, o de número 59, publicado no outono de 1974, comportando artigos de Sollers, Kristeva, Pleyne, bem como textos de outros colaboradores de *Tel Quel* e uma entrevista com o renomado sinólogo Joseph Needham. Os números seguintes, o 60 e o 61, também apresentam textos sobre a China, mas não exclusivamente. O editorial do número 59, “En Chine” [“Na China”], apesar de não assinado, é, naturalmente, bastante político, cujo teor pode ser resumido como segue: “Questão de linha. Qual é o inimigo principal? De novo, dizemos: a direita e o revisionismo” (1974, p. 4). Na realidade, a direita não tem muito espaço nesse editorial belicoso, que visa quase unicamente os revisionistas – leia-se os defensores do PCF. O volume, em suma, aponta o maoísmo como a única saída ao mesmo tempo política e teórica para o momento, pois para *Tel Quel*

É impossível separar neste ponto *vital* teoria e prática. (...) O campo revolucionário deve formar seu próprio contingente de teóricos marxistas capazes de analisar em todos os planos as novas realidades sociais: teóricos (não universitários) que

*conheçam* ao mesmo tempo sua sociedade e o mundo, as lutas de classes das quais participam; que conheçam com profundidade as obras de Marx, Engels, Lênin, Mao; que conheçam a *história* (*Tel Quel*, 1974, p. 3, grifos no original).

Tais são as tonalidades e os teores dos escritos contemporâneos ao artigo de Barthes. O confronto de um maoísmo telqueliano - em grande medida imaginado, idealizado - com a realidade de censura e monologia política que o grupo encontra provoca reações diferentes. Para Xu,

Os maoístas de *Tel Quel* e o próprio Mao aceitaram o esquema marxista da História universal, mas o marxismo de *Tel Quel* é uma mistura de materialismo, estruturalismo, lacanismo e outras correntes filosóficas, quando o marxismo de Mao é um “achinesamento” da teoria de Marx que integra igualmente pensamentos chineses tradicionais, como, por exemplo, a dialética do taoísmo. E daí nasceu o conflito de interpretação do marxismo original entre Mao e os “telquelianos” maoístas (2011, p. [1]).

Voltando à França, cada um manifesta de uma maneira diferente a distância encontrada entre sua concepção da China e a realidade exposta pelo regime. Assim, Sollers escreve três artigos com acento político e combativo (“Quelques thèses” [“Algumas teses”], “La Chine sans Confucius” [“A China sem Confúcio”] e “Mao contre Confucius” [“Mao contra Confúcio”]); Kristeva exalta a mulher chinesa enquanto potência de ação revolucionária (“La Femme, ce n’est jamais ça” [“A Mulher, nunca é isso”], “Les Chinoises à ‘contre-courant’” [“As Chinesas à contracorrente”] e o livro *Des Chinoises* [Das Chinesas]); e Pleyner ataca aqueles que não acreditam na China como o futuro do marxismo (“Pourquoi la Chine populaire” [“Por que a China popular”] e “Du Discours sur la Chine” [“Do Discurso sobre a China”]).

Barthes, Wahl, Sollers, Kristeva, Pleyner: cada um com sua reação diante do estrangeiro, percebido seja enquanto um conjunto de interrogações, uma ilusão totalitária, um povo que está construindo seu país, mulheres que exercem um papel proeminente ou como o futuro do marxismo, o chinês nunca é individualizado, surpreso em seu cotidiano, em sua casa, até mesmo em seu quarto. O ponto de vista de Barthes e de seus colegas de viagem nunca ultrapassa a porta de entrada das casas dos chineses, o que lhes permite ter somente uma



compreensão superficial da China, guiada pelas questões políticas, tema único, imposto pela Agência Luxingshe. Nesse sentido, o encontro com o estrangeiro na China é parcial, como consequência de um contato unicamente visual, havendo uma muralha que instaura um espaço separando-os do estrangeiro chinês. Esse espaço, contudo, permite a um ver o outro; é o que instaura a relação de alteridade, segundo François Jullien, em sua Aula Inaugural da cátedra de Alteridade, *L'écart et l'entre* [O espaço e o entre]:

Pois é somente reabrindo o espaço e a distância que se pode fazer surgir o *outro*, que portanto não esteja colado a si, anexado ou até mesmo "alienado" por si, porque indexado a si, mas que esteja separado: que não seja somente a projeção ou a modificação de si, mas que possa efetivamente se constituir como "*outro*" e, como consequência, estabelecer-se em relação. Ou, para dizer de outro modo, é preciso extrair o *entre* para fazer emergir o *outro*, esse *entre* que desenvolve o *espaço* e que permite trocar com o outro, promovendo-o a parceiro da relação resultada. O *entre* que engendra o espaço é, ao mesmo tempo, a condição que faz com que apareça o *outro* e a mediação que nos liga a ele (2012, p. 72).

A **curiosidade** – termo importante do índice dos *Cadernos* de Barthes – pelo Outro não atinge o conhecimento na viagem à China. A despeito de respostas nunca obtidas, o escritor extrai um retrato de grupo, "povo (...) sem histeria" (2005, p. 188), muito positivo visto que ele detestava qualquer tipo de histeria. Em seu último caderno de notas, perto do final da viagem, ainda registra uma ocasião em que além de ver, torna-se objeto do olhar dos Outros, na ópera de Sião:

Saída outra vez insana: a sala em pé, formando  
fileiras, nos aplaude. Multidão em torno dos carros.  
*Turismo de Reis.*  
Toda a viagem: atrás da vidraça dupla da língua e da  
Agência.

POVO ADORÁVEL (2012, p. 184)

O que fica da leitura dos *Cadernos da viagem à China* e do artigo "E então, a China?", para além da política, do tédio, da insipidez, são as perguntas sem resposta; o que fica é, sobretudo, o desejo do Estrangeiro – paisagens, pessoas – que a abertura de espírito de Barthes permite qualificar, apesar de tudo, como ADORÁVEL.

## REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *Cadernos da viagem à China*. Edição estabelecida, apresentada e anotada por Anne Herschberg-Pierrot. Tradução de Ivone Castilho Benedetti, revisão da tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. Para que serve um intelectual. *O Grão da voz*. Entrevistas - 1962-1980. Tradução de Mario Laranjeira, revisão da tradução de Lígia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 364-391.

\_\_\_\_\_. E então, a China? *Inéditos v. 4: política*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 182-190.

\_\_\_\_\_. *Sistema da moda*. Tradução de Lineide do Lago Salvador Mosca. São Paulo: Editora Nacional/ Edusp, 1979.

FOREST, Philippe. *Histoire de Tel Quel: 1960-1982*. Paris : Seuil, 1995.

JULLIEN, François. *L'écart et l'entre*. Leçon inaugurale de la Chaire sur l'Altérité. Paris : Galilée, 2012.

KRISTEVA, Julia. La Femme, ce n'est jamais ça. Entrevista com as mulheres do grupo "Psicanálise e política" do Movimento de Libertação Feminino, destinada ao jornal *Le Torchon brûle*. *Tel Quel*. En Chine. Paris, nº 59, p. 19-25, outono de 1974a.

\_\_\_\_\_. Les Chinoises à "contre-courant". *Tel Quel*. En Chine. Paris, nº 59, p. 26-29, outono de 1974b.

\_\_\_\_\_. *Des Chinoises*. Paris : Éditions des Femmes, 1974c.

LEYS, Simon. *Les Habits neufs du président Mao*. Paris : Livre de Poche, 1989 [Champ Libre, 1971].

\_\_\_\_\_. Barthes et la Chine, par Simon Leys. *La Croix*, 4 de fevereiro de 2009 [on line]. URL:[http://www.la-croix.com/Culture/Livres-Idees/Livres/Barthes-et-la-Chine-par-Simon-Leys-\\_NG\\_-2009-02-04-530961](http://www.la-croix.com/Culture/Livres-Idees/Livres/Barthes-et-la-Chine-par-Simon-Leys-_NG_-2009-02-04-530961) [Acesso em 6/3/2016].

MACCIOCCHI, Maria Antonietta. *De la Chine*. Traduzido do italiano por Louis Bonalumi, Gérard Hug, Micheline Pouteau e Gilbert Taïeb. Paris : Seuil, 1971.

PLEYNET, Marcelin. Pourquoi la Chine populaire. *Tel Quel*. En Chine. Paris, nº 59, p. 30-39, outono de 1974a.

\_\_\_\_\_. Du discours sur la Chine. *Tel Quel*. Paris, nº 60, p. 12-20, inverno de 1974b.

SHERINGHAM, Michael. “Ce qui tombe, comme une feuille, sur le tapis de la vie”: Barthes et le quotidien. In MACÉ, Marielle, GEFEN, Alexandre (org.). *Barthes, au lieu du roman*. Paris : Desjonquières/ Nota Bene, 2002, p. 135-158.

SOLLERS, Philippe. Pourquoi j’ai été chinois? *Improvisations*. Paris : Gallimard, 1991, p. 75-113.

\_\_\_\_\_. Deux et deux font quatre. *Le Monde*, 3 de abril de 1998 [on line]. URL: [http://www.pileface.com/sollers/spip.php?article401&debut\\_articles\\_rubrique=30#section3](http://www.pileface.com/sollers/spip.php?article401&debut_articles_rubrique=30#section3)[Acesso em 6/3/2016].

\_\_\_\_\_. Quelques thèses. *Tel Quel*. En Chine. Paris, n° 59, p. 10-11, outono de 1974a.

\_\_\_\_\_. La Chine sans Confucius. *Tel Quel*. En Chine. Paris, n° 59, p. 12-14, outono de 1974b.

\_\_\_\_\_. “Mao contre Confucius”. *Tel Quel*. En Chine. Paris, n° 59, p. 15-18, outono de 1974c.

*Tel Quel*. En Chine. Paris, n° 59, outono de 1974.

WAHL, François. La Chine sans utopie. I. Pi Lin Pi Kong. *Le Monde*, p. 1 e 7, 15 de junho de 1974a.

\_\_\_\_\_. La Chine sans utopie. II. Tien An Men ou de l’explication avec le modèle soviétique. *Le Monde*, p. 4, 17 de junho de 1974b.

\_\_\_\_\_. La Chine sans utopie. III. Staline, ou l’ennemi principal, c’est le révisionnisme. *Le Monde*, p. 6, 18 de junho de 1974c.

\_\_\_\_\_. La Chine sans utopie. IV. Révolution culturelle ou occidentalisation ? *Le Monde*, p. 8, 19 de junho de 1974d.

XU, Kefei. Le maoïsme de *Tel Quel* autour de Mai 68. *Transtext(e)s Transculture* 跨文本跨文化 [线上], Journal of Global Cultural Studies: Debating China, junho de 2011 [on line]. URL: <http://transtexts.revues.org/436?lang=zh> [Acesso em 21/2/2016].

## Abstract

### Roland Barthes and the Chinese wall

*In 1974, Roland Barthes and an intellectual group linked to the French magazine Tel Quel visit China of Mao Zedong. During the three weeks he spent in the country, Barthes takes note of everything he sees and hears, as well as what he thinks and feels. These notes became public in 2009 with the publication in France of his Travels in China showing a bored writer, imprisoned by the political discourse that sterilizes the literary writing. Unlike his fellows, who stand for or against the Maoist regime in books and articles published when they return to France, Barthes writes a short and entirely neutral text, "So, what about China?", a reflection on the pale colors he saw and the weak tea he tasted, disengaging from what for him was the real trap, the polarity that fixes oneself in a crystallized position for or against, forcing a political commitment in the name of a doxa. This article tells the story of that journey and analyzes the barthesian texts originated from it, wondering about the relationship between Barthes and the foreign country.*

**Keywords:** Roland Barthes. China. History of Literature. Politics.